



LICENÇA DE OPERAÇÃO

A Fundação Estadual de Proteção Ambiental, criada pela Lei Estadual nº 9.077 de 04/06/90, registrada no Ofício do Registro Oficial em 01/02/91, e com seu Estatuto aprovado pelo Decreto nº 51.761, de 26/08/14, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 6.938, de 31/08/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto nº 99.274, de 06/06/90 e com base nos autos do processo administrativo nº 11679-05.67/25.6 concede a presente LICENÇA DE OPERAÇÃO.

I - Identificação:

EMPREENDEDOR RESPONSÁVEL: 41167 - FUNDICAO VENANCIO AIRES LTDA

CPF / CNPJ / Doc Estr: 90.689.118/0001-61

ENDEREÇO: RODOVIA RSC 453, 300, KM 5 300
KM 05
BATTISTI
95800-000 VENANCIO AIRES - RS

EMPREENDIMENTO: 20512 - FUND FERRO,ACO,FORJADOS,RELAMINADOS

LOCALIZAÇÃO: RODOVIA RST 453, Nº 300 - KM 5
BATISTTI
VENANCIO AIRES - RS

COORDENADAS GEOGRÁFICAS: Latitude: -29,55922220 Longitude: -52,18088890

A PROMOVER A OPERAÇÃO RELATIVA À ATIVIDADE DE: FUND FERRO,ACO,FORJADOS,RELAMINADOS

RAMO DE ATIVIDADE: 1.112,10

MEDIDA DE PORTE: 12.246,87 área útil em m²

ÁREA DO TERRENO (m²): 12.246,87

ÁREA CONSTRUÍDA (m²): 10.522,41

Nº DE EMPREGADOS: 234

II - Condições e Restrições:

1. Quanto à Revogação:

1.1- este documento REVOGA o documento de Licença de Operação Nº 03313/2024, de 27/08/2024;

2. Quanto ao Empreendimento:

2.1- período de validade deste documento: 24/11/2025 à 24/11/2030;

2.2- esta Licença foi gerada em cumprimento a Portaria nº 46/2015, de 12 de maio de 2015;

2.3- a capacidade produtiva máxima mensal do empreendimento é de:

Quantidade	Unidade Medida	Descrição do Produto
1.500,0	t	peças fundidas

2.4- esta licença contempla a operação dos seguintes equipamentos principais: 3 aparelhos de solda eletrodos, 1 balança rodoviária com capacidade de 80 tons, 2 cabines de pintura a seco, 4 cadinhos, 1 centro de usinagem CNC, 1 centro de usinagem YCM NXV1380A, 1 centro de usinagem YCM XV 1020A, 1 chaveteira TAKAIMEC TCI400, 1 chaveteria, 5 compressores de ar, 4 equipamentos de jato de granalha de aço com capacidade de 4,8 t/h, 3 t/h, 1,8 t/h e 3,6 t/h, 8 esmerilhadeiras, 10 esmerilhadeiras de rebarba, 2 estufas de secagem, 1 estufa de secagem macharia, 2 fornos com capacidade de 1 ton/h, 2 fornos cubilot com

capacidade de 4 t/h, 2 fornos de indução elétrica com capacidade de 1,25 t/h t/h, 1 furadeira de bancada, 2 furadeiras de coluna, 4 furadeiras verticais, 1 gerador com capacidade de 105 kva, 1 jateador por gralha manual com capacidade de 0,2 t/h, 1 jato de gancheira, 1 máquina automática de modelagem M1 com capacidade de 90 bolos/h, 1 máquina automática de modelagem M2 com capacidade de 50 bolos/h, 1 máquina automática de modelagem M3 com capacidade de 25 bolos/h, 1 máquina automática de modelagem M4 com capacidade de 60 bolos/h, 2 máquinas de lixar, 1 máquina de montar rolamento, 3 máquinas de solda mig, 1 máquina de sopro, 4 máquinas macharia Shell com capacidade de 600 kg/dia, 2 mesas gasadora, 1 misturador de areia M21 com capacidade de 8 t/h, 1 misturador de areia M2 e M3 com capacidade de 26 t/h t/h, 1 quebrador de sucata com capacidade de 6 t/h, 1 secador de ar, 1 serra de cortar eixos, 1 sistema de areia Eich, 1 sistema de areia mecaltec, 2 sistemas de pintura por imersão, 1 sopradora Automatic com capacidade de 50 ciclos/h, 2 sopradoras Gevitec, 1 sopradora Quality com capacidade de 50 ciclos/h, 2 Sopradoras Ventspar, 2 tanques de preparação, 2 tornos CNC, 5 tornos convencionais;

- 2.5- esta licença contempla a operação das seguintes etapas do processo produtivo: recepção de matéria prima, confecção dos machos, preparação de areia e moldagens, fusão/vazamento, desmoldagem, quebra de canal, jateamento, rebarbação, pintura, usinagem, expedição;
- 2.6- no caso de qualquer alteração a ser realizada no empreendimento (alteração de processo, implantação de novas linhas de produção, ampliação de área ou de produção, realocação, etc.) deverá ser previamente providenciado o licenciamento junto à FEPAM, exceto nos casos previstos na Portaria FEPAM nº 301/2023 e suas alterações;
- 2.7- deverá ser realizada, a cada 2 (dois) anos, Auditoria Ambiental no empreendimento, conforme estabelece a Portaria FEPAM nº 32/2016, devendo ser apresentado à FEPAM o Relatório de Auditoria Ambiental, em até 60 (sessenta) dias a partir da sua realização;
- 2.8- o empreendedor é responsável por manter condições operacionais adequadas, respondendo por quaisquer danos ao meio ambiente decorrentes da má operação do empreendimento;
- 2.9- caso haja o encerramento das atividades, deverá ser providenciada a solicitação de Autorização para Desativação do Empreendimento, conforme estabelece Portaria FEPAM 266/2022;
- 2.10- sempre que a empresa firmar algum acordo de melhoria ambiental ou ajustamento de conduta com outros órgãos (federal, estadual ou municipal), deverá ser enviada cópia desse documento à FEPAM, como juntada ao processo administrativo em vigor;
- 2.11- esta licença não exime o empreendedor do atendimento às demais obrigações legais (federais, estaduais e municipais);
- 2.12- deverá ser feita a comunicação imediata à Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura na hipótese de descoberta fortuita de elementos de interesse paleontológico na área do empreendimento;
- 2.13- o(s) empreendedor(es) deste empreendimento deverá(ão) manter o Certificado de Regularidade do Cadastro Técnico Federal - CTF/APP válido(s) (www.ibama.gov.br) e, caso haja inclusão de novo(s) empreendedor(es), este(s) deverá(ão), no prazo de até 60 (sessenta) dias, apresentar o(s) Certificado(s) de Regularidade do Cadastro Técnico Federal - CTF/APP válido(s), com correlação na(s) Ficha(s) Técnica(s) de Enquadramento:

<i>Categoria</i>	<i>Código</i>	<i>Descrição</i>
3	3 - 2	Produção de fundidos de ferro e aço, forjados, arames, relaminados com ou sem tratamento de superfície, inclusive galvanoplastia

3. Quanto à Preservação e Conservação Ambiental:

- 3.1- deverá ser observada a legislação referente à preservação de mata nativa e, em caso de supressão de qualquer exemplar desta vegetação, deverá ser atendido o Decreto Estadual nº 38.355, de 01 de abril de 1998;
- 3.2- este empreendimento deverá seguir o regime jurídico de conservação, proteção, regeneração e utilização estabelecido na Lei Federal N.º 11.428, de 22 de dezembro de 2006, bem como no Decreto Federal N.º 6.660, de 21 de novembro de 2008, que dispõem sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica;
- 3.3- é proibida a utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha de animais silvestres (Lei Federal 5197/67);
- 3.4- a intervenção em exemplares de espécies exóticas está isenta, podendo ser efetuada em casos de riscos de queda, danos ao patrimônio, a terceiros e pessoas, desde que não estejam associadas a alguma Área de Preservação Permanente (APP). Somente poderá ocorrer intervenção em exemplares após verificação da ocorrência de ninhos ou abrigos de animais, devendo o mesmo ser orientado por profissional habilitado, indicando o melhor momento para sua realização. Após as atividades relacionadas deverá ser apresentado à FEPAM relatório técnico com as informações e justificativas técnicas para as intervenções, acompanhado de ART de profissional habilitado;
- 3.5- para o caso de necessidade de intervenção de exemplares vegetais exóticos que estejam causando risco junto à redes elétricas, deverá ser feita comunicação junto à concessionária de energia elétrica para as devidas providências. Em ocorrendo autorização por parte da concessionária para intervenção na vegetação da gleba do empreendimento, a mesma deverá ser apresentada ao final das atividades, junto com relatório técnico e ART de profissional habilitado, conforme item anterior;
- 3.6- as intervenções em espécies exóticas mencionadas nos itens acima não poderão causar danos às espécies nativas no seu entorno, devendo adotar todas as medidas necessárias para não interferir nos demais espécimes;

- 3.7- deverá ser atendida a Portaria SEMA nº 79, de 31 de outubro de 2013, e as Instruções Normativas SEMA nº 12 e 14, de 10 de dezembro de 2014, a fim de controlar as espécies exóticas invasoras na gleba do empreendimento. Caso ocorra a necessidade de remoção de vegetação invasora, apresentar proposta técnica com metodologia e cronograma de execução, para aprovação prévia pela FEPAM;
- 3.8- fica previamente autorizada a intervenção com podas em espécimes nativos, com a finalidade de manutenção de estruturas/equipamentos ou em caso de risco de queda de galhos sobre o patrimônio, terceiros e pessoas do empreendimento, sem que tal atividade cause interferências em ninhos e/ou abrigos de animais. Ao final da atividade deverá ser apresentado à FEPAM relatório técnico pós-intervenção, com justificativa técnica, volume de material vegetal gerado e seu destino e registro fotográfico, acompanhado de ART de profissional habilitado;

4. Quanto ao Abastecimento de Água:

- 4.1- a água a ser utilizada para desenvolvimento das atividades do empreendimento deverá ser fornecida pela Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN;
- 4.2- também para fins produtivos, há captação de água subterrânea deverá ser realizada conforme Portaria 000.053/2018, de 13/11/2018, do Departamento de Recursos Hídricos da Secretaria do Meio Ambiente do estado do Rio Grande do Sul, que autoriza o empreendedor a captar até 36 m³/dia, através de poço tubular, em um regime de bombeamento de 9 m³/h, 4 horas/dia, durante 4 a 5 dias da semana de acordo com o mês, no ponto de coordenadas geográficas -29,6026; -52,1737;
- 4.3- a empresa possui instalado um açúde que coleta águas pluvias, com capacidade de armazenamento de 400 m³ utilizado para o resfriamento do forno cubilô em circuito fechado e ainda faz parte do Plano de Prevenção e Combate a incêndio. O referido açúde possui impermeabilização realizada com manta geossintética;

5. Quanto aos Efluentes Líquidos:

- 5.1- Os efluentes líquidos gerados no lavador de gases, após saturação, deverão ser coletados e armazenados em tambores estanques, em área coberta com piso impermeabilizado, de acordo com a NBR 12.235 da ABNT, até posterior destinação para um sistema de tratamento externo em empresa devidamente capacitada e licenciada para este fim;
- 5.2- os efluentes líquidos domésticos, após tratamento, deverão atender ao que estabelece a Resolução CONSEMA N.º 355/2017, de 13 de julho de 2017, para o lançamento em corpos hídricos superficiais;
- 5.3- não poderão ser gerados efluentes líquidos decorrentes da atividade industrial;

6. Quanto às Emissões Atmosféricas:

- 6.1- os níveis de ruído gerados pela atividade industrial deverão estar de acordo com a NBR 10.151, da ABNT, conforme determina a Resolução CONAMA N.º 01, de 08 de março de 1990;
- 6.2- a temperatura de operação dos fornos, para a fundição de Alumínio, não poderá ultrapassar 750°C;
- 6.3- não poderá ser utilizado produtos desgaseificante que contenha Cloro em sua composição;
- 6.4- não poderá haver emissão de material particulado visível para a atmosfera;
- 6.5- deverá ser observado o monitoramento referente às emissões atmosféricas geradas pelos equipamentos utilizados no empreendimento, conforme padrão de emissão e frequência de amostragem definidos na Diretriz Técnica nº 01/2018;
- 6.6- deverá ser realizada anualmente amostragem de chaminé para as emissões dos fornos de fundição, sendo que os Laudos de amostragem devem ser entregues à FEPAM até o dia 10 de julho, e o empreendedor deverá informar a FEPAM o período das amostragens com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
- 6.7- a empresa deverá realizar manutenção periódica nos sistemas de controle/captação existentes junto aos fornos de fundição, ao jateamento com gralha e à cabine de pintura;
- 6.8- o sistema de regeneração e reutilização de areias deverá manter uma eficiência mínima na faixa de 90-95%;
- 6.9- as atividades exercidas pelo empreendimento deverão ser conduzidas de forma a não emitirem substâncias odoríferas na atmosfera, em quantidades que possam ser perceptíveis fora dos limites de sua propriedade e que causem significativo desconforto olfativo na população;
- 6.10- os equipamentos de processo, assim como os de controle de emissões atmosféricas, deverão ser mantidos operando adequadamente, para garantir sua eficiência, de modo a evitar danos ao meio ambiente e incômodo à população;
- 6.11- os equipamentos e operações passíveis de provocarem emissões de material particulado deverão ser providos de sistema de ventilação local exaustora e equipamento de controle eficiente, de modo a evitar emissões visíveis para a atmosfera;
- 6.12- as operações de pintura deverão ser realizadas em compartimento próprio, provido de sistema de ventilação local exaustora e equipamento para retenção de material particulado e substâncias odoríferas;
- 6.13- o padrão de emissão para material particulado nos fornos de fusão é de 50 mg/Nm³;

- 6.14- os equipamentos utilizados para exaustão/controlar nos processos de secagem que possam gerar vapores orgânicos deverão atender o padrão de emissão para Hidrocarbonetos totais não metanos de 50 mg/Nm³, expresso como carbono total, sem diluição;
- 6.15- deverão ser controladas as vibrações mecânicas geradas pela atividade industrial, de modo a não atingir níveis passíveis de causar incômodos à vizinhança;
- 6.16- deverá ser realizada manutenção periódica nos sistemas de controle existentes junto aos fornos de fundição e nos de refino, visando o atendimento aos padrões de emissão fixados nas condições e restrições desta licença;

7. Quanto aos Resíduos Sólidos:

- 7.1- deverão ser segregados, identificados, classificados e acondicionados os resíduos sólidos gerados para a armazenagem provisória na área do empreendimento, observando as NBR 12.235 e NBR 11.174, da ABNT, em conformidade com o tipo de resíduo, até posterior destinação final dos mesmos para local devidamente licenciado;
- 7.2- deverá ser mantido à disposição da fiscalização da FEPAM o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS atualizado, acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do profissional responsável pela sua atualização e execução, em conformidade com o estabelecido pela Lei Federal n.º 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, regulamentada pelo Decreto Federal n.º 10.936/2022;
- 7.3- deverá ser verificado o licenciamento ambiental das empresas ou centrais para as quais seus resíduos estão sendo encaminhados, e atentado para o seu cumprimento, pois, conforme o Artigo 9º do Decreto Estadual n.º 38.356 de 01 de abril de 1998, a responsabilidade pela destinação adequada dos mesmos é da fonte geradora, independente da contratação de serviços de terceiros;
- 7.4- fica proibida a queima, a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para esta finalidade, de resíduos sólidos de qualquer natureza;
- 7.5- o transporte dos resíduos perigosos (Classe I, de acordo com a NBR 10.004 da ABNT e suas atualizações) gerados no empreendimento somente poderá ser realizado por veículos licenciados pela FEPAM para Fontes Móveis com potencial de poluição ambiental, devendo ser acompanhado do respectivo "Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR", conforme Portaria FEPAM n.º 087/2018, D.O.E. de 30/10/2018;
- 7.6- no caso de envio de resíduos para disposição ou tratamento em outros estados, deverá ser solicitada Autorização para Remessa de Resíduos, Rejeito ou Efluente para fora do Estado do Rio Grande do Sul através do Sistema Online de Licenciamento - SOL, conforme Portaria N.º 458/2024;
- 7.7- não poderão ser enviados resíduos sólidos industriais para aterros de resíduos sólidos urbanos, conforme Resolução CONSEMA n.º 073/2004, de 20 de agosto de 2004;
- 7.8- deverá ser observado o Art. 13 do Decreto N.º 38.356, de 01 de abril de 1998, que aprova o Regulamento da Lei n.º 9.921, de 27 de julho de 1993, que dispõe sobre a gestão dos resíduos sólidos no Estado do Rio Grande do Sul, relativamente às embalagens dos produtos químicos utilizados pelo empreendimento (produtos listados na Resolução ANTT n.º 5.232, de 14 de dezembro de 2016, e suas alterações, bem como aqueles enquadráveis como resíduos perigosos de acordo com a NBR 10.004 da ABNT e suas atualizações);
- 7.9- todo o óleo lubrificante usado ou contaminado deverá ser coletado e destinado à reciclagem por meio do processo de rerrefino, conforme determina a Resolução CONAMA n.º 362, de 23 de junho de 2005, Arts. 1º, 3º e 12;
- 7.10- deverá ser cumprido o Art. 15 da RESOLUÇÃO CONAMA N.º 362, de 23 de junho de 2005, que estabelece que: "Os óleos lubrificantes usados ou contaminados não rerrefináveis, tais como as emulsões oleosas e os óleos biodegradáveis, devem ser recolhidos e eventualmente coletados, em separado, segundo sua natureza, sendo vedada a sua mistura com óleos usados ou contaminados rerrefináveis. Parágrafo único. O resultado da mistura de óleos usados ou contaminados não rerrefináveis ou biodegradáveis com óleos usados ou contaminados rerrefináveis é considerado integralmente óleo usado ou contaminado não rerrefinável, não biodegradável e resíduo perigoso (Classe I), devendo sofrer destinação compatível com sua condição";
- 7.11- as embalagens dos óleos de usinagem usados no empreendimento deverão, obrigatoriamente, retornar à empresa fornecedora, conforme art. 13 do Decreto N.º 38.356, de 01 de abril de 1998, que aprova o Regulamento da Lei n.º 9.921, de 27 de julho de 1993, que dispõe sobre a gestão dos resíduos sólidos no Estado do Rio Grande do Sul;
- 7.12- caso o empreendimento gere resíduos sólidos passíveis de logística reversa conforme a Lei Federal n.º 12.305/2010 e suas regulamentações, deverá destinar corretamente estes resíduos em conformidade com as normas aplicáveis vigentes;
- 7.13- caso o empreendimento gere resíduos sólidos passíveis de logística reversa e que contenham metais pesados, tais como equipamentos eletroeletrônicos inservíveis, pilhas e baterias, baterias chumbo ácido e lâmpadas inservíveis contendo mercúrio, deverá ser atendido o disposto na Diretriz Técnica FEPAM n.º 09/2022 ou legislação que vier a substituí-la;

8. Quanto às Áreas de Tancagem:

- 8.1- todas as áreas de tancagem de produtos químicos deverão ser impermeabilizadas e protegidas por bacias de contenção, de

modo a evitar a contaminação da área por possíveis vazamentos;

9. Quanto ao Treinamento de Pessoal:

- 9.1- deverão ser realizados programas de educação ambiental destinados à capacitação dos trabalhadores, visando à melhoria e ao controle efetivo do ambiente de trabalho, bem como sobre as repercussões do processo produtivo no meio ambiente. Os registros contendo, no mínimo, o assunto, os temas abordados, a data de realização, o local, o nome do palestrante, nome dos participantes e assinatura, deverão ficar armazenados no empreendimento para fins de fiscalização, conforme estabelece a Lei Federal n.º 9.795, de 27 de abril de 1999;

10. Quanto ao Recebimento de Resíduos/Efluentes para processamento:

- 10.1- todo o resíduo recebido para processamento deverá ser armazenado em local fechado, dotado de piso impermeabilizado e cobertura, observando as NBR 12.235 e NBR 11.174, da ABNT, em conformidade com o tipo de resíduo;
- 10.2- todo o resíduo recebido deverá ser processado no empreendimento, não estando autorizado o recebimento de resíduos para armazenamento e posterior envio para outras destinações;
- 10.3- no caso de recebimento de resíduos de outros estados deverá ser solicitada Autorização para recebimento de RSI de fora do estado junto à FEPAM, em processo administrativo específico, através do Sistema OnLine de Licenciamento - SOL;

11. Quanto aos Riscos Ambientais e Plano de Emergência:

- 11.1- as substâncias inflamáveis (solventes, tintas, thinners, etc.) utilizadas no processo produtivo deverão ser armazenadas conforme disposto na NBR 17.505, da ABNT;
- 11.2- em caso de acidente ou incidente com risco de danos a pessoas e/ou ao meio ambiente, a Fundação Estadual de Proteção Ambiental - FEPAM deverá ser imediatamente informada através do telefone (51) 99982-7840 (24h);
- 11.3- deverá ser mantido atualizado o Alvará do Corpo de Bombeiros Municipal, em conformidade com as Normas em vigor, relativo ao sistema de combate a incêndio;

12. Quanto ao Monitoramento:

- 12.1- deverá ser enviada eletronicamente à FEPAM, através do Sistema de Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR ON LINE, a Declaração de Movimentação de Resíduos - DMR, com periodicidade trimestral, em conformidade com a Portaria FEPAM nº 87/2018, e alterações; para tanto, o cadastro no sistema MTR, deve estar atualizado com o número do empreendimento (MENU > Configurações > Meus Dados);

13. Quanto à Publicidade da Licença:

- 13.1- deverá ser fixada junto ao empreendimento, em local de fácil visibilidade, placa para divulgação do licenciamento ambiental, conforme modelo disponível no site da FEPAM, <www.fepam.rs.gov.br>. A placa deverá ser mantida durante todo o período de vigência desta licença;

III - Documentos a apresentar para renovação desta Licença:

- 1- acessar o SOL - Sistema On Line de Licenciamento Ambiental, em www.sol.rs.gov.br, e seguir as orientações preenchendo as informações e apresentando as documentações solicitadas. O Manual de Operação do SOL encontra-se disponível na sua tela de acesso;
- 2- Laudo de amostragem de chaminé, para os sistemas de controle instalados nas linhas de Jateamento de Granalha (parâmetro MP), Rebarbação e polimento (parâmetro MP), cabines de pintura (parâmetro Hidrocarbonetos Totais -THC), sistemas de areia (parâmetro MP), moldagem (parâmetro MP e THC) , conforme a Diretriz Técnica 01/2018-FEPAM;
- 3- Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS atualizado, acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do profissional responsável, em conformidade com o estabelecido pela Lei Federal n.º 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, regulamentada pelo Decreto Federal n.º 10.936/2022;

Havendo alteração nos atos constitutivos, a empresa deverá fazer Pedido de Alteração no SOL, imediatamente, sob pena do empreendedor acima identificado continuar com a responsabilidade sobre a atividade/empreendimento licenciada por este documento.

Esta licença é válida para as condições acima até 24 de novembro de 2030, caso ocorra o descumprimento das condições e restrições desta licença, o empreendedor estará sujeito às penalidades previstas em Lei.

Esta licença não dispensa nem substitui quaisquer alvarás ou certidões de qualquer natureza exigidos pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal, nem exclui as demais licenças ambientais.

Esta licença deverá estar disponível no local da atividade licenciada para efeito de fiscalização.

Data de emissão: Porto Alegre, 24 de novembro de 2025.

Este documento é válido para as condições acima no período de 24/11/2025 a 24/11/2030.

A renovação desta licença deve ser requerida com antecedência mínima de 120 dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença, conforme Art. 14 § 4.º da Lei Complementar nº 140, de 08/12/2011.

Este documento foi certificado por assinatura digital, processo eletrônico baseado em sistema criptográfico assimétrico, assinado eletronicamente por chave privada, garantida integridade de seu conteúdo e está à disposição no site www.fepam.rs.gov.br.

fepam®.

DOCUMENTO ASSINADO POR

DATA

CPF/CNPJ

VERIFICADOR

Gabriel Simioni Ritter

25/11/2025 10:54:40 GMT-03:00

01081643064

assinatura válida